

CEACP/CiACADEMY

C A P A C I T A R P A R A T R A N S F O R M A R

Curso de Especialização em Compras e Contratação Pública

Programa atualizado à luz da proposta de alteração ao Código dos Contratos Públicos

Capacitar para Transformar.

7, 9, 14, 16, 21, 22, 28 e 30 de outubro; 4, 6, 11, 13, 18, 20, 25 e 27 de novembro; 2 e 4 de dezembro | 2026

Horário das Sessões (3h30m) | 09h30 - 13h00 ou 14h00m – 17h30m

Carga horária | 63h

Formato | Online (Microsoft Teams)

Nota de atualização

A presente versão atualiza o programa anteriormente estruturado em 17 módulos, incorporando os principais impactos do Projeto de Decreto-Lei n.º 119/XXV/2026, em versão preliminar para discussão pública, relativo à revisão do Código dos Contratos Públicos e à aprovação do Regime de Realização das Despesas Públicas.

A organização modular, os formadores indicados e a orientação prática do curso são preservados, sem prejuízo de ajustamentos posteriores em função da redação final que venha a ser publicada.

Principais Eixos de Atualização Incorporados no Curso

- ▶ Nova estrutura principiológica: distinção entre princípios gerais da atividade administrativa e princípios gerais da contratação pública;
- ▶ Contratação pública digital, utilização de sistemas digitais e inteligência artificial, interoperabilidade e proteção de dados;
- ▶ Substituição dogmática e operacional do conceito de valor do contrato por valor estimado do contrato e novas regras de cálculo e agregação;
- ▶ Elevação dos limiares do ajuste direto e da consulta prévia, criação da consulta prévia especial e regime de flexibilização do concurso público;
- ▶ Reforço do planeamento, identificação prévia de necessidades, iniciativas espontâneas e períodos de teste de soluções tecnológicas;
- ▶ Reorganização das causas de exclusão, simplificação documental, princípio só uma vez e obtenção oficiosa de documentos de habilitação;
- ▶ Novas soluções sobre adjudicação, não adjudicação, propostas insatisfatórias, avaliação da qualidade e preço acima do preço base em modelos multifator;
- ▶ Alterações relevantes na execução contratual, modificação objetiva, alteração de circunstâncias, subcontratação, cessão da posição contratual, empreitadas, concessões, arbitragem e conciliação;
- ▶ Integração do novo Regime de Realização das Despesas Públicas e revogação do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Enquadramento Geral e Conceitos Fundamentais

O “CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMPRAS E CONTRATAÇÃO PÚBLICA” organizado pelo CEACP & CIAcademy, visa proporcionar uma formação especializada sobre todo o enquadramento legal e regulamentar da compra pública, desde a fase de preparação dos procedimentos, passando pela fase procedimental e terminando na execução dos contratos públicos. Este curso, pretende proporcionar aos seus formandos uma visão transversal e completa, sobre todas as componentes do processo da compra pública, com uma abordagem teórica e desenvolvimento de casos práticos.

O curso apresenta um programa formativo profundamente atualizado e alinhado com a proposta de alteração ao Código dos Contratos Públicos, integrando as principais mudanças previstas e os seus potenciais impactos na atividade das entidades adjudicantes e dos operadores económicos.

Objetivos do Curso

- ▶ Fomentar o conhecimento e analisar, o enquadramento legal - Nacional e Europeu - no âmbito da Contratação Pública;
- ▶ Fomentar o conhecimento, sobre o âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos;
- ▶ Dar a conhecer os conceitos fundamentais no âmbito da contratação pública;
- ▶ Analisar pormenorizadamente todas as fases processuais inerentes à tramitação de procedimentos de aquisição;
- ▶ Desenvolvimento de caso prático na fase pré-contratual, nomeadamente, a abordagem às peças do procedimento;
- ▶ Fomentar o conhecimento sobre estratégias mais eficientes e inovadoras no âmbito das compras públicas;
- ▶ Fomentar o conhecimento na relação entre o processo de compras públicas e a contabilidade pública;
- ▶ Fomentar o conhecimento entre a prática de atos administrativos e a sua relação com a aplicação do Código dos Contratos Públicos;
- ▶ Enquadrar o papel do Gestor do Contrato no acompanhamento e gestão da boa execução de contratos públicos, com desenvolvimento de caso prático;
- ▶ Fomentar o conhecimento sobre as regras gerais aplicáveis à execução dos contratos administrativos, com desenvolvimento de caso prático;

Objetivos do Curso

- ▶ Fomentar o conhecimento sobre a aplicação do Código dos Contratos Públicos em Contratos Administrativos em Especial - Empreitadas;
- ▶ Elucidar sobre o Papel da Tribunal de Contas e de outras Entidades Fiscalizadoras no âmbito da aplicação do CCP;
- ▶ Desenvolvimento de caso prático de aplicação dos conhecimentos adquiridos, transversal a toda a matéria ministrada.

Destinatários

- ▶ Dirigentes e Quadros Técnicos de Organismos Públicos e Privados vinculados à aplicação do CCP.

Metodologia de Formação

Metodologia de formação prática, participativa e adaptada ao público-alvo, promovendo uma aprendizagem eficaz e alinhada com as suas necessidades.



1. Formação On-line

A formação decorre em formato online, pelo que os participantes deverão ter acesso a um computador com câmara, ligação estável à internet e condições adequadas para acompanhar as sessões.



2. Método Expositivo

O método expositivo será utilizado para apresentar os conteúdos de forma clara, estruturada e objetiva, facilitando a compreensão dos principais conceitos e promovendo a aquisição de conhecimentos essenciais.



3. Método Demonstrativo

O método demonstrativo será utilizado para apresentar, passo a passo, a aplicação prática dos conteúdos, facilitando a compreensão dos procedimentos e a sua execução em contexto profissional.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 1 | 7 de outubro de 2026 | 9h30–13h00

A COMPRA PÚBLICA ESTRATÉGICA, OS NOVOS PRINCÍPIOS E O ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO CCP

Enquadramento europeu e nacional da contratação pública e evolução recente do CCP;

Princípios gerais da atividade administrativa e princípios gerais da contratação pública: nova arrumação sistemática;

Concorrência, transparência, igualdade de tratamento, não discriminação, economicidade, qualidade e menor onerosidade procedimental;

Objetivos de desenvolvimento sustentável, inovação, responsabilidade social, eficiência energética e prevenção da corrupção;

Aplicação objetiva e subjetiva do CCP: entidades adjudicantes, contraentes públicos e setores especiais;

Contratos excluídos e contratação excluída, em especial contratação in house, cooperação pública, serviços especiais e contratos financeiros/comunicações eletrónicas.

Formador: Paulo Madeira

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 2 | 9 de outubro de 2026 | 9h30–13h00

CONCEITOS FUNDAMENTAIS: VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, PREÇO BASE, PREÇO CONTRATUAL, FRACIONAMENTO DA DESPESA E PARTES NO PROCEDIMENTO

Contrato público e contrato administrativo: distinção, relevância e efeitos práticos;

Valor estimado do contrato: novo conceito, função procedimental e relação com a competência para autorizar despesa;

Preço base como parâmetro base e sua articulação com o valor estimado e o preço contratual;

Regras especiais de cálculo do valor estimado: empreitadas, acordos-quadro, sistemas de aquisição dinâmicos, parcerias para a inovação e concessões;

Fracionamento, agregação de necessidades e contratação de prestações do mesmo tipo;

Interessado, candidato, concorrente, agrupamento, proposta, atributos, termos ou condições e aspetos submetidos ou não submetidos à concorrência.

Formador: Fernando Batista

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 3 | 14 de outubro de 2026 | 9h30–13h00

TIPOLOGIA DE PROCEDIMENTOS, NOVOS LIMIARES E CRITÉRIOS DE ESCOLHA

Tipologia dos procedimentos de formação de contratos públicos;

Escolha do procedimento com base no valor estimado do contrato;

Novos limiares para ajuste direto e consulta prévia em empreitadas, bens, serviços e outros contratos;

Consulta prévia especial: noção, pressupostos, convite a pelo menos cinco entidades e domínios de aplicação;

Critérios materiais de escolha e alterações aos fundamentos de ajuste direto e negociação;

Contratação em situações excecionais: estados de sítio, emergência, calamidade, reconstrução e apoio a pessoas singulares e coletivas.

Formador: Fernando Batista

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 4 | 16 de outubro de 2026 | 9h30–13h00

PLANEAMENTO, FASE PRÉ-PROCEDIMENTAL E DECISÃO DE CONTRATAR

Dever de identificação clara, objetiva e funcional das necessidades a satisfazer;

Consulta preliminar ao mercado e prevenção de distorções concorrenciais;

Iniciativas espontâneas dos operadores económicos: estudo técnico, análise da entidade adjudicante e reembolso de encargos;

Período de teste de sistemas e tecnologias de informação: condições, publicitação, limites e garantias de concorrência;

Decisão de contratar, fundamentação, avaliação custo-benefício e objetivos de qualidade, economicidade e sustentabilidade;

Lotes, fundamentação da não divisão e preparação das peças do procedimento.

Formador: Paulo Madeira

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 5 | 21 de outubro de 2026 | 9h30–13h00

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO, AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E COMPRAS SUSTENTÁVEIS

Critério de adjudicação e modalidades de avaliação: multifator e monofator;

Fatores e subfatores ligados ao objeto do contrato e densificação do modelo de avaliação;

Reforço da qualidade na avaliação das propostas e compras públicas orientadas para resultados;

Possibilidade de não exclusão automática de propostas com preço acima do preço base em modelos multifator, nos termos legalmente previstos;

Pontuação global mínima e novo fundamento de não adjudicação por propostas insatisfatórias;

Critérios ecológicos, eficiência energética, compras sustentáveis e RCM n.º 132/2023, de 10 de outubro.

Formador: Jorge Baltasar + João Batista

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 6 | 23 de outubro de 2026 | 9h30–13h00

CENTRALIZAÇÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS, ACORDOS-QUADRO E SISTEMAS DINÂMICOS DE AQUISIÇÃO

Centrais de compras e Sistema Nacional de Compras Públicas;

Acordos-quadro: noção, formação, modalidades e contratos celebrados ao seu abrigo;

Cálculo do valor estimado dos acordos-quadro e sistemas de aquisição dinâmicos;

Sistemas de aquisição dinâmicos e contratação agregada;

Articulação entre centralização, planeamento, interoperabilidade e redução de encargos documentais;

Boas práticas de utilização de instrumentos centralizados em contexto de alteração legislativa.

Formador: Bárbara Viana

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 7

1.ª sessão: 28 de outubro de 2026 | 9h30–13h00

2.ª sessão: 30 de outubro de 2026 | 9h30–13h00

CASO PRÁTICO: PEÇAS DO PROCEDIMENTO À LUZ DO NOVO REGIME

Análise de convite, programa do procedimento e caderno de encargos em diferentes tipologias procedimentais;

Inserção do valor estimado, preço base, requisitos documentais e regras de habilitação;

Cláusulas sobre critérios de adjudicação, pontuação global mínima, desempate, sustentabilidade e eficiência energética;

Cláusulas de confidencialidade, proteção de dados, uso de sistemas digitais e interoperabilidade;

Exercício prático de adaptação de peças ao regime de flexibilização do concurso público e à consulta prévia especial;

Debate, correção e consolidação de minutas atualizadas.

Formadores: Jorge Baltasar + Bárbara Viana

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 8 | 4 de novembro de 2026 | 9h30–13h00

CONTRATAÇÃO PÚBLICA DIGITAL, PLATAFORMAS ELETRÓNICAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Funcionamento das plataformas eletrónicas e interoperabilidade com o DRE, Portal BASE e sistemas do Estado;

Contratação pública digital: princípios de transparência, explicabilidade, segurança, proteção de dados, supervisão humana e interoperabilidade;

Utilização de sistemas digitais e inteligência artificial no planeamento, formação e execução dos contratos;

Documento Europeu Único de Contratação Pública, e-Certis, carteiras digitais e reutilização de documentos;

Assinatura eletrónica, apresentação de propostas e serviços base/avançados das plataformas;

Publicitação no Portal BASE, relatórios, dados e rastreabilidade procedimental.

Formador: Paulo Madeira

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 9 | 6 de novembro de 2026 | 9h30–13h00

O JÚRI, A ANÁLISE DAS PROPOSTAS E O NOVO REGIME DE EXCLUSÃO

Funcionamento, competências e deveres de imparcialidade do júri, peritos e consultores;

Conflitos de interesses e aplicação do Código do Procedimento Administrativo;

Pedidos de esclarecimento, suprimimento de irregularidades e limites ao suprimimento;

Reorganização das causas de exclusão no artigo 70.º: causas formais e materiais;

Exclusão de propostas, propostas variantes, documentos falsos, falsas declarações e práticas restritivas da concorrência;

Relatórios preliminar e final, audiência prévia e fundamentação das propostas de exclusão e ordenação.

Formador: Fernando Batista

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 10 | 11 de novembro de 2026 | 9h30–13h00

DA ADJUDICAÇÃO À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO: HABILITAÇÃO, CAUÇÃO E FORMALIZAÇÃO

Notificação da adjudicação, decisão de adjudicação e deveres procedimentais subsequentes;

Documentos de habilitação e princípio só uma vez: obtenção oficiosa por interoperabilidade e limites à exigência documental;

Caducidade da adjudicação, audiência prévia e adjudicação à proposta ordenada em lugar subsequente;

Caução: limiares, dispensa, prorrogações contratuais e novas soluções de flexibilização;

Minuta do contrato, ajustamentos, aceitação, recusa e efeitos sobre o clausulado final;

Redução ou não redução do contrato a escrito, publicitação e condição de eficácia para pagamentos.

Formador: Fernando Batista

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 11 | 13 de novembro de 2026 | 9h30–13h00

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: INVALIDADE, MODIFICAÇÃO E EQUILÍBRIO CONTRATUAL

Invalidez dos atos procedimentais e dos contratos: nulidade, anulabilidade, sanção e ponderação judicial ou arbitral dos efeitos;

Execução do contrato, boa-fé, colaboração e poderes do contraente público;

Modificação objetiva do contrato: cláusulas de revisão, modificações de baixo valor, prestações complementares, circunstâncias imprevisíveis e modificações não substanciais;

Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, compensação financeira e reposição do equilíbrio financeiro;

Cessão da posição contratual, substituição do cocontratante e subcontratação;

Resolução alternativa de litígios: arbitragem voluntária, comissões técnicas de conciliação e interrupção de prazos.

§ Os adiantamentos de preços

§ A execução e liberação da caução

Formador: Carlos José Batalhão

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 12 | 18 de novembro de 2026 | 9h30–13h00

O GESTOR DO CONTRATO, MONITORIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE NA EXECUÇÃO

Importância da gestão contratual na contratação pública orientada para resultados;

Papel, competências e deveres do gestor do contrato;

Imparcialidade, conflitos de interesses e deveres de documentação da execução;

Atividades essenciais do gestor: acompanhamento, conformidade, prazos, qualidade, pagamentos e reporte;

Sanções contratuais, incumprimento, comunicação ao IMPIC e efeitos reputacionais;

Boas práticas de gestão de contratos e prevenção de responsabilidade financeira, disciplinar, contraordenacional e criminal.

Formador: Carlos José Batalhão

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 13 | 20 de novembro de 2026 | 9h30–13h00

EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS, CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO E TRABALHOS COMPLEMENTARES

Conceito de empreitada de obras públicas e fases do contrato;

Caderno de encargos, projeto de execução, revisão do projeto e regime de nulidade/sanação;

Empreitadas de conceção-construção: programa preliminar, discriminação entre conceção e execução e pagamento por marcos;

Trabalhos complementares: pressupostos, ordem de execução, reclamação, preço, prazo e formalização;

Subempreitadas, comunicação, autorização e oposição do dono da obra;

Incumprimento contratual, resolução, responsabilidades por erros e omissões e publicitação relevante.

Formador: Licínio Martins

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 14 | 25 de novembro de 2026 | 9h30–13h00

TRIBUNAL DE CONTAS, FISCALIZAÇÃO PRÉVIA E CONTROLO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Organização e funcionamento do Tribunal de Contas;

Finalidade, efeitos do visto e entidades sujeitas à fiscalização prévia;

Incidência da fiscalização prévia e articulação com valor estimado, autorização da despesa e competência financeira;

Fundamentos de recusa de visto e relevância das alterações ao CCP e ao Regime de Realização das Despesas Públicas;

Fiscalização concomitante e sucessiva, responsabilidade financeira e prevenção de riscos;

Jurisprudência recente e leitura prática de decisões do Tribunal de Contas.

Formador: João Batista (a confirmar)

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 15 | 27 de novembro de 2026 | 9h30–13h00

REGIME GERAL DA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, INTEGRIDADE E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

RGPC: enquadramento, obrigações, planos de prevenção de riscos e canais de denúncia;

Contratação pública, conflitos de interesses, imparcialidade e prevenção de práticas restritivas da concorrência;

Incumprimento do RGPC e articulação com responsabilidade administrativa, financeira e penal.

Planos de prevenção de corrupção e de infrações conexas por parte das entidades públicas e dos operadores económicos.

Formador: Pedro Cruz e Silva

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Conteúdos Programáticos

MÓDULO 16

1.ª sessão: 2 de dezembro de 2026 | 9h30–13h00

2.ª sessão: 4 de dezembro de 2026 | 9h30–13h00

CASO PRÁTICO FINAL: PRÁTICAS INTEGRADAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA NO NOVO QUADRO LEGAL

Apresentação de caso prático transversal abrangendo planeamento, autorização da despesa, escolha do procedimento, peças, avaliação e execução;

Desenvolvimento de trabalho de grupo com simulação de decisão de contratar, programa, caderno de encargos e relatório do júri;

Aplicação prática dos novos limiares, valor estimado, consulta prévia especial, concurso flexibilizado e contratação digital;

Tratamento de habilitação, caução, caducidade, adjudicação subsequente e publicitação;

· Execução contratual, modificação objetiva, trabalhos complementares, gestor do contrato e litígios;

Debate final, correção orientada e consolidação das principais alterações legislativas.

Formador: Fernando Batista

Nota: As datas apresentadas carecem ainda de confirmação, encontrando-se em articulação com os formadores e dependentes da publicação do diploma em Diário da República e da subsequente revisão final do programa.

Observação Final

O programa deve ser objeto de revisão final após a publicação do diploma em Diário da República, em especial quanto à numeração definitiva dos preceitos, redação final dos limiares, entrada em vigor, normas transitórias e articulação com portarias regulamentares que venham a ser aprovadas.

Nota Biográfica do Formador



Paulo Madeira

Autor do livro "Guia Prático -
Planeamento de Compras Públicas",
Formador e Consultor em CP

Paulo Madeira é especialista em contratação pública com vasta experiência na área das compras públicas estratégicas. É formador em diversas instituições públicas e privadas, tendo contribuído ativamente para a capacitação de técnicos e decisores.

É também o autor do livro "Guia Prático - Planeamento de Compras Públicas", uma obra de referência no setor.

Tem desempenhado funções de consultoria em vários organismos da Administração Pública, focando-se na melhoria dos procedimentos de contratação, planeamento estratégico de compras e implementação de boas práticas.

A sua abordagem prática e conhecimento aprofundado da legislação e dos desafios do setor fazem dele um orador de excelência.

Nota Biográfica do Formador



Jorge Baltasar

Especialista em Formação e
Consultoria em Contratação Pública

Licenciado em Ciências da Comunicação e Pós-Graduado em Teoria e Prática da Contratação Pública pelo Instituto.

Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Iniciou a sua experiência na área da contratação pública, nos domínios da consultoria e das tecnologias da informação, na perspectiva do operador económico, acompanhando todo o procedimento pré-contratual.

Exerceu funções enquanto responsável dos departamentos de Contratação Pública da Ordem dos Enfermeiros e da Universidade Nova de Lisboa.

Atualmente, exerce funções enquanto consultor e formador na área da Contratação Pública.

Nota Biográfica do Formador



Fernando Batista

Presidente do IMPIC, I.P.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
Pós-graduado em Direito dos Contratos Públicos pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Presidente do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Representante do Estado Português em grupos de peritos em contratação pública na Comissão Europeia e agente do Governo Português em processos no Tribunal de Justiça da União Europeia.

Perito do Ministério Público na área da Contratação Pública.

Formador do INA e em vários organismos, como o Tribunal de Contas e a Inspeção-Geral de Finanças.

Professor convidado nos cursos de pós-graduação na área da contratação pública no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Conferencista em vários congressos, conferências e workshops, nacionais e internacionais.

Nota Biográfica do Formador



Carlos José Batalhão

Advogado e especialista em Direito Administrativo

Advogado, com inscrição na Ordem dos Advogados desde 1994.

Especialista em Direito Administrativo, desde 23 de março de 2006.

Licenciado e Mestre em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (Porto).
Pós-graduado em Direito Administrativo e Administração Pública pelo ISTE — Instituto Superior de Técnicas Empresariais e em Direito das Autarquias Locais pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Investigador do NEDAL (Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais), da Universidade do Minho, e membro da Direção da AEDREL (Associação de Estudos de Direito Regional e Local).

Autor de várias publicações, entre as quais Manual Prático de Contratação Pública – Os procedimentos fechados em particular e Código do Processo nos Tribunais Administrativos – Anotações Práticas (Coordenação).

Formador e docente convidado em algumas instituições do ensino superior (politécnico e universitário).

Nota Biográfica do Formador



Licínio Martins

Advogado e especialista em Direito Administrativo

Advogado, com inscrição na Ordem dos Advogados desde 1994.

Especialista em Direito Administrativo, desde 23 de março de 2006.

Licenciado e Mestre em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (Porto). Pós-graduado em Direito Administrativo e Administração Pública pelo ISTE — Instituto Superior de Técnicas Empresariais e em Direito das Autarquias Locais pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Investigador do NEDAL (Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais), da Universidade do Minho, e membro da Direção da AEDREL (Associação de Estudos de Direito Regional e Local).

Autor de várias publicações, entre as quais Manual Prático de Contratação Pública – Os procedimentos fechados em particular e Código do Processo nos Tribunais Administrativos – Anotações Práticas (Coordenação).

Formador e docente convidado em algumas instituições do ensino superior (politécnico e universitário).

Nota Biográfica do Formador



Bárbara Viana

Advogado e especialista em Direito Administrativo

Advogado, com inscrição na Ordem dos Advogados desde 1994.

Especialista em Direito Administrativo, desde 23 de março de 2006.

Licenciado e Mestre em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (Porto).
Pós-graduado em Direito Administrativo e Administração Pública pelo ISTE — Instituto Superior de Técnicas Empresariais e em Direito das Autarquias Locais pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Investigador do NEDAL (Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais), da Universidade do Minho, e membro da Direção da AEDREL (Associação de Estudos de Direito Regional e Local).

Autor de várias publicações, entre as quais Manual Prático de Contratação Pública – Os procedimentos fechados em particular e Código do Processo nos Tribunais Administrativos – Anotações Práticas (Coordenação).

Formador e docente convidado em algumas instituições do ensino superior (politécnico e universitário).

Entidade Adjudicatária para Formação Líder do Agrupamento CIA Academy & CEACP

CEACP & CIAcademy

NIPC 514 201 479

R Dom João V - Centro de Escritórios LEAP, 24

1250-091 Lisboa

Contactos

Tlm: 910 191 944

Tel: 211 941 003

Email: cia@ceacp.pt

Website: www.ceacp-ciacademy.pt



CEACP/CiACADEMY

C A P A C I T A R P A R A T R A N S F O R M A R

CAPACITAR PARA TRANSFORMAR.
